



Jornal Notícias

19-02-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 60963

Temática: Saúde

Dimensão: 829 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/18

**Enfermeiros Greve
alargada e batalha
jurídica em tribunal P. 13**

Enfermeiros alargam greve com “pressão” do Governo

Sindicatos apelaram à adesão de todos e não apenas nos blocos cirúrgicos enquanto preparam queixas internacionais e uma guerra jurídica com a tutela



Enfermeiros concentraram-se em frente ao IPO do Porto, solidários com as reivindicações da greve

Erika Nunes
erika@jn.pt

PROTESTO Está longe de ficar resolvido o braço de ferro entre o Governo e os enfermeiros. Pelo contrário, com a iminência da publicação em “Diário da República” do parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) que considerou a greve dos enfermeiros ilícita, os sindicatos apelaram ao alargamento do protesto a todos os serviços e ameaçam queixar-se do Governo a instâncias internacionais. Hoje mesmo termina o prazo para o Governo contestar a intimação aceite pelo Supremo Tribunal Administrativo contra os serviços mínimos decretados pelo Ministério da Saúde.

Após ter sido decretada a requisição civil de enfermeiros e o tribunal ter aceitado a contestação dos profissionais, a ministra da Saúde anunciou, na última sexta-feira, um segundo parecer vinculativo emitido pela PGR: a greve é ilícita. A mi-

nistra avisou os profissionais para se apresentarem ao serviço logo no início desta semana, mas o parecer só poderia produzir efeitos após publicação em “Diário da República”, o que “se aguarda que aconteça a todo o momento”, segundo fonte da PGR. Após publicação, só no dia seguinte será efetivo.

CRÍTICAS À MINISTRA

Os sindicatos não se deixaram intimidar pelo parecer. O advogado Garcia Pereira explicou que a homologação pela ministra “é mais uma operação de intoxicação da opinião pública e uma tentativa de pressionar o tribunal”, sendo que só ao tribunal “compete declarar licitude ou ilicitude de qualquer situação”.

O plano do Sindicato Democrático dos Enfermeiros Portugueses (Sindepore) é impugnar judicialmente a homologação do parecer da PGR, ao mesmo tempo que irá apresentar queixa à Organização Mundial do Trabalho e às Nações Unidas,

por violação do direito à greve e da liberdade sindical. Está previsto, ainda, apresentar queixa-crime contra o Conselho de Ministros, conselhos de administração hospitalares e todos os responsáveis que “tenham posto ou venham a pôr em prática mecanismos de coação sobre os trabalhadores grevistas, bem como por falsamento de dados”.

UNIDOS EM MARCHA

Na sequência da pressão, os sindicatos pediram a todos os profissionais que se juntem à greve, para “aliviar a pressão sobre os enfermeiros dos blocos”. Lúcia Leite, da Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros (ASPE), garantiu que “os enfermeiros estão unidos” e “a posição de força do Governo não vai demovê-los”. A ASPE vai decretar uma greve nacional para o próximo 8 de março, dia em que se realizará uma “marcha branca” em homenagem à enfermagem, às 15 horas, em Lisboa. ●

RELATÓRIO

OCDE diz que falta de profissionais agrava custos

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) revelou, ontem, considerar que Portugal tem falta de enfermeiros para enfrentar o envelhecimento da população, em resultado da política de “*numerus clausus*” nas universidades. Sem aumentar a cobertura de cuidados de saúde primários, alertou a OCDE, os gastos públicos com saúde vão aumentar muito rapidamente em Portugal face ao resto da Europa. Nos países da OCDE, a média é de 9,3 enfermeiros por mil habitantes. Em Portugal, esse rácio é de 4,2, no Serviço Nacional de Saúde.